



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

A INFLUÊNCIA DE UM POLO INDUSTRIAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS EM UM MUNICÍPIO: O CASO DE ANÁPOLIS-GO.

Autores:

Lucas Pereira Furtado - PUC-GO - lucasfurtado01@hotmail.com

Resumo:

Segunda potencia econômica do estado de Goiás, a cidade de Anápolis é referencia no setor da indústria devido ao DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis, o maior polo industrial da região centro-oeste do país, o qual é responsável pela geração de mais de 20 mil empregos diretos empregos diretos, o que movimentava a região economicamente, auxiliando no processo de desenvolvimento. O objetivo da pesquisa é demonstrar como se deu a implementação do polo, analisando políticas públicas e ações do Governo, mostrar resultados e análises qualitativas e quantitativas quanto ao número de empregos gerados na região, influenciados pelas indústrias, o qual auxilia na promoção do desenvolvimento regional e avaliar a importância do polo para o município nos aspectos socioeconômicos. Como resultado, tem-se que o setor da indústria no município é o grande responsável pela geração de empregos e contribui para o desenvolvimento da região.



A INFLUÊNCIA DE UM POLO INDUSTRIAL NA GERAÇÃO DE EMPREGOS EM UM MUNICÍPIO: O CASO DE ANÁPOLIS-GO.

INTRODUÇÃO

O município de Anápolis situado no Estado de Goiás, Brasil, possui o maior polo industrial do centro-oeste do país. Frente às constantes mudanças do mundo econômico é importante observar variáveis relacionadas à Economia Regional, principalmente no que tange seu desenvolvimento.

O estudo demonstra a importância de um Polo Industrial na geração de empregos de uma região e o que é necessário para sua implementação observando Estratégias, Planejamentos, Geopolíticas, Políticas Públicas e estudos técnicos-científicos.

Neste prisma, ressalta-se que o objetivo do presente estudo é o de demonstrar de que forma o polo industrial de Anápolis-GO pode influenciar diretamente na geração de empregos da região apresentando indicadores e resultados econômicos e sociais afim de estabelecer a relevância da concentração de indústrias em um município neste processo.

A pesquisa é realizada no município de Anápolis e proximidades e se ampara em estudos bibliográficos e documentais de forma qualitativa e quantitativa. A exploração científica se dá a partir de um estudo de caso focado em uma técnica de Avaliação Pós-Ocupação (APO) das indústrias do polo investigado, acompanhando sua evolução histórica. Para Lay & Reis, 1994, a APO parte do conceito de que espaços colocados em uso, qualquer que seja a função, devem estar em permanente avaliação do ponto de vista de seus usuários. Esta avaliação obtém subsídios para corrigir falhas e mensurar acertos além de definir diretrizes para novos projetos semelhantes. Gráficos e tabelas também são utilizados para evidenciar com clareza os resultados encontrados.

Diante disto, cabe a este estudo apontar os resultados das influências das indústrias na geração de emprego em termos quantitativos e qualitativos do município em questão.

O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO:

A cidade de Anápolis do estado de Goiás possui o maior polo de indústrias e centro logístico do Centro-Oeste brasileiro. É o terceiro município do estado em número de habitantes, ficando atrás apenas da capital, Goiânia, e do Município de Aparecida de



Goiânia, segundo senso do IBGE. O município se destaca, ainda, no ranking de competitividade e desenvolvimento, divulgado pela SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento do Estado de Goiás.

Municípios goianos mais populosos – 2018	
Município	População (hab)
Goiânia	1.495.705
Aparecida de Goiânia	565.957
Anápolis	381.970
Rio Verde	229.651
Águas Lindas de Goiás	207.070
Luziânia	205.023
Valparaíso de Goiás	164.723
Trindade	125.328
Formosa	119.506
Novo Gama	113.679
Senador Canedo	112.224
Catalão	106.618
Itumbiara	103.652
Jataí	99.674
Planaltina	89.181

Fonte: IBGE.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / SEGPLAN-GO

Geograficamente está situada no centro do Estado de Goiás, localização denominada eixo Goiânia-Anápolis-Brasília, a 50 quilômetros da capital do estado e a 140 quilômetros da capital do país.

Economicamente, é a segunda potência do estado com um PIB de R\$ 13.301.497,00 em 2015, que representa 8% de todo Estado. Esta estrutura econômica está voltada para a indústria de transformação, medicamentos, comércio atacadista, indústria automobilística e também a educação.

Estas indústrias se destacam, ainda, pela capacidade competitiva nacional e internacional, além de aplicar constantes inovações tecnológicas voltadas para a produção no intuito de gerar valor agregado aos produtos, tornando-os mais viáveis economicamente e mais atrativos aos investidores.

Diversas oportunidades de negócios são observadas diariamente, fazendo com que a região se torne um centro comercial-industrial, gerando riquezas e movimentações financeiras ao município.



Maiores Economias Municipais - Goiás - 2015	
Município	Valor do PIB (R\$ milhões)
Goiânia	46.632.596
Anápolis	13.301.497
Aparecida de Goiânia	11.518.675
Rio Verde	8.078.600
Catalão	5.679.221
Itumbiara	3.971.950
Jataí	3.842.145
Luziânia	3.353.547
São Simão	3.106.227
Senador Canedo	2.685.910
Total dos Municípios	102.172.383
Participação no estado (%)	58,84
Estado de Goiás	173.631.663

Fonte: IBGE/Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

A Indústria em Goiás é a segunda potencia econômica, ficando atrás somente de Serviços que predomina no Estado. Isso se dá pela significativa participação do município de Anápolis no Setor que tem mais de 20% das indústrias do Estado, calculado pelo Instituto Mauro Borges. Isso contribui para que Anápolis figure como o município mais competitivo, neste Setor, do estado de Goiás, e entre os 50 maiores da indústria nacional.

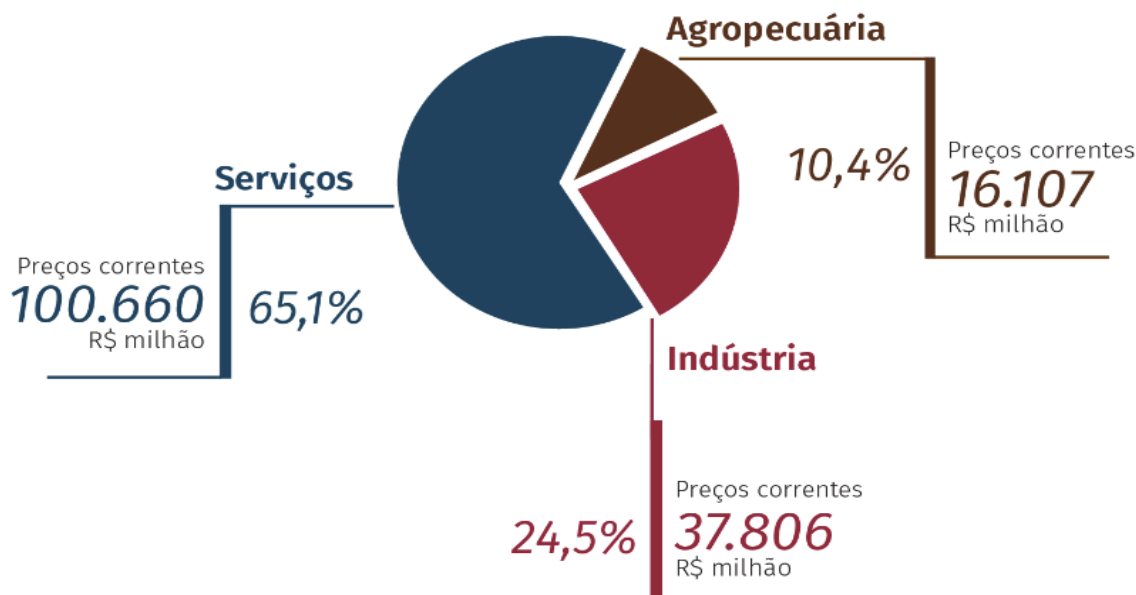
Assim como as potências econômicas do mundo, nosso país se ampara em três principais pilares, que são justamente o setor industrial responsável por cerca de 25% do PIB, o setor agrícola, responsável por cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e também o setor terciário que engloba serviços e comércio.

O setor da indústria é um grande medidor de nossa economia, pois se vai mal a economia padece e se vai bem a economia progride.

Atrás apenas do agronegócio, cerca de 15% dos brasileiros economicamente ativos trabalham em indústrias. Portanto o setor é um grande responsável pelo número de empregos gerados no país e também pelo avanço econômico já que a produção do setor industrial também é considerado um dos mais importantes alicerces da evolução da sociedade em diversos países desenvolvidos, e por aqui não é diferente.



Composição do Produto Interno Bruto Goiano - 2015



Fonte: IBGE, IMB
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO

Anápolis se consolidou como polo industrial com o surgimento do DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) em 1976 e foi indicada em 2010 pela revista VEJA como uma das 20 cidades brasileiras do futuro em função de seu potencial logístico.

O Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA consolida-se como o maior polo industrial do centro-oeste do país, destacando as indústrias farmacêuticas, que formam o maior polo farmoquímico em produção de medicamentos genéricos da América Latina. O polo conta ainda com indústrias alimentícias, têxtil, automobilística, de adubos, de materiais para construção, além de possuir um porto seco, referência em logística da região, em uma área de 593 hectares, portanto, referencia também em infraestrutura.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DAIA:

O grande impulso do município aconteceu na década de 80 com o governo do Estado instituindo programas de incentivos fiscais e concedendo crédito de ICMS às indústrias que se instalassem em Goiás.



O DAIA se consolidou como o principal Polo Industrial goiano por suas condições de infraestrutura, localização e logística de fácil escoamento da produção, além, é claro, dos incentivos, e até renúncias, fiscais e também através de acordos políticos entre município e estado. Todo este processo passou, e continua passando até os dias atuais, por várias reformulações, se adequando às mudanças constantes na economia, principalmente por se tratar de um período de adversidades no seu início, tais como recessão e escalada inflacionária.

O desenvolvimento contínuo do DAIA pode ser observado através de ações que envolvem políticas públicas, tais como a implementação e manutenção do Porto Seco (EADI – Estação Aduaneira do Interior), a localização do quilômetro zero (Km-00) da Ferrovia Norte-Sul e a Plataforma Multimodal. Outro fator importante a se destacar é a qualidade da infraestrutura desenvolvida pelos governos Federal, Estadual e Municipal em parcerias e acordos, tais como o sistema exclusivo de energia elétrica, central telefônica (DDD/DDI), agências bancárias e um sistema de captação e tratamento de água, de grande porte, com capacidade para mais de 590.000 metros cúbicos. Toda esta infraestrutura, aliada com os incentivos fiscais, logística e localidade se tornam um atrativo às empresas por terem um bom suporte para realizarem seus negócios.

Para Liana Maria da Frota Carleial, 2012, a discussão envolvendo Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento é central sob qualquer ângulo que se analise, de qualquer perspectiva e em qualquer lugar do mundo. Esta relação deve ser entendida a partir de uma análise histórico-institucional que permita acompanhar os avanços e recuos.

As políticas públicas devem corresponder a direitos assegurados na Constituição. São conjuntos de planos, ações e decisões tomadas pelos governos de qualquer instância com participação, direta ou indireta, de empresas públicas ou privadas no intuito de promover direitos de cidadania para a sociedade em segmentos sociais, culturais, étnicos e econômicos.

Políticas Públicas podem ser divididas entre Política de Estado e Política de Governo. A primeira se refere a toda política que independentemente do Governo e do governante deve ser realizada, pois esta é amparada pela Constituição. A segunda implica a alternância de poder, pois cada governo tem seus próprios projetos que irão se transformar em Políticas Públicas.

A eficiência de uma política de governo parte de uma administração pública eficiente. Para Norberto Bobbio, administração pública pode ser entendida como o conjunto de atividades diretamente destinadas à execução precisa das tarefas ou obrigações consideradas de interesse público ou comum, numa sociedade ou numa organização estatal.

Do ponto de vista do dinamismo, portanto, a ideia de administração pública equivale a uma série bastante vasta de atos que se voltam à coletividade do Estado, assimilando, de um lado, as atividades de Governo, relacionadas com os poderes de decisão e de autoridade, e as de apoio direto ao exercício do Governo e, por outro lado, os empreendimentos voltados para a conquista dos objetivos populares, definidos por leis e por atos de Governo,



seja através de normas jurídicas claras, referentes às atividades econômicas e sociais, portanto, através da democracia.

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente. Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos. (BOBBIO, Norberto – O Futuro da Democracia, 1997)

Entretanto, podemos afirmar que o procedimento para a fundação do Distrito Agroindustrial de Anápolis contou com uma complexa rede de articulações. A convergência de interesses, políticos, foi o principal ator para criação do DAIA.

Para Falluh, 2006 “Anápolis é uma região central que liga o Brasil. O DAIA é o trevo do Brasil e pode-se dizer que o desenvolvimento econômico de Anápolis é antes e depois do DAIA”.

Foi Irapuan [Costa Júnior] que viabilizou o projeto. Desde quando foi prefeito, com a intervenção em 1973, ele abraçou a ideia (...) depois, quando foi nomeado Governador, Irapuan me convidou fazer parte do Governo e o projeto do DAIA teve seu apoio. Tivemos uma reunião particular com o Presidente Geisel para falar do projeto Industrial de Goiás e do DAIA. (...) uma comissão federal veio a Anápolis e aprovou a área para construção da infraestrutura do DAIA.

Para a implementação deste Distrito participaram efetivamente o presidente da república Ernesto Geisel, o governador de Goiás Leonino Ramos Caiado, o prefeito Irapuan Costa Junior e toda classe empresarial do município, representada pela ACIA - Associação Comercial e Industrial de Anápolis. Esta implementação foi marcada por políticas cujo atos



estratégicos se lastreavam no tripé do desenvolvimento, segurança e conhecimento, que tinha como foco a ampliação do marco do desenvolvimento no país. Neste contexto, o município de Anápolis se constituiu como uma das cidades mais desenvolvidas economicamente e importantes de Goiás, tendo em vista o destaque que assumira desde os anos de 1960 no processo de desenvolvimento de Goiás em relação a economia, já definida por seu governo de forma nada democrática.

Em se tratando de democracia, para Churchill, a democracia não é o melhor regime de governo devido a fragilidade do regime, apesar do capitalismo contemporâneo aparentar mantê-lo em definitivo.

Pensando no contexto regional e local a escolha do município de Anápolis para dar início à políticas de industrialização no estado através do DAIA foi bastante estratégica. Esta escolha se deu através de um conjunto de fatores, os quais se destacam o período político vivenciado na época, o interesse do governo local e esforços das classes mais influentes, tudo isso somado à localização geográfica, que gerava interesse público de outras regiões e a consideração econômica do município frente ao estado.

Na concepção político-econômico do Brasil permanecia o governo militar que objetivava o tripé básico desta política, que era o desenvolvimento, conhecimento e segurança, ações definidas pelo I PND (Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento), que teve sua vigência do ano de 1972 a 1974.

A Base Aérea de Anápolis, construída em 1969, foi fruto do fator segurança, por conta de sua localização estratégica no centro do país e próxima ao Distrito Federal, fazendo da região uma área de segurança nacional.

No fator desenvolvimento, o estado de Goiás, bem como o município de Anápolis, foram marcados pela política de industrialização com a implementação de distritos industriais, também acordados no I PND. A partir daí, a implementação do DAIA, que se tornou um marco para a aceleração do desenvolvimento da cidade e região.

A política de industrialização através dos distritos industriais estrategicamente localizados no território goiano buscava concretizar as oportunidades latentes de cada município. E com isso aumentar o nível geral de produtividade da economia oriunda do melhor aproveitamento e transformação das matérias-primas, qualificação e aperfeiçoamento da mão de obra e geração de emprego minimizando assim o êxodo rural para os grandes centros como Anápolis, Goiânia e Brasília e, de um modo geral, melhoraria dos níveis de renda e de vida da população do estado. (CASTRO, Sergio. 2004 – p.26)

Para o quesito conhecimento, do tripé básico do governo em questão, viabilizou-se a implementação de inovações tecnológicas, as quais vem sendo utilizadas até os dias atuais como janelas de oportunidades para o aumento da capacidade produtiva em termos quantitativos e qualitativos. Varias oportunidades podem ser observadas neste cenário,



como por exemplo a aplicação de políticas públicas voltadas para o setor, como investimentos estatais em infraestruturas visando atrair novos investidores.

O aumento desta capacidade produtiva se dá principalmente através das inovações tecnológicas, biogenéticas e bioeconômicas, que também são observadas como janelas de oportunidade, além da busca de acordos multilaterais facilitando o comércio dos produtos industrializados na região.

Quando se pensa no desenvolvimento, manutenção e atrativos do Distrito Agroindustrial de Anápolis, o DAIA, deve ser observada como uma das principais estratégias do governo a implementação do FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que até então repassara 29% dos recursos do estado de Goiás para aplicação em infraestrutura e para financiar e viabilizar projetos de atividades industriais. Outros recursos de créditos, tais como do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e incentivos da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) também foram umas das políticas públicas responsáveis pelo sucesso da formação e crescimento do polo industrial.

O programa de incentivos fiscais, FOMENTAR, concedente de crédito de ICMS às indústrias que ali se instalam também são observados.

Para Mora (2015), a dimensão do crédito aumentou substancialmente no Brasil nos últimos anos. Em 2002 observava-se 26% do Produto Interno Bruto (PIB) e em 2010 atingiu o patamar de 45%. Entretanto se comparado a outros países, a dimensão é relativamente pequena. Este aumento foi absorvido por pessoas físicas e jurídicas, onde as PFs tem maior parte do incremento.

Gonçalves et al. (2014) observa um vasto estudo, baseado na experiência, que apresenta afinidades entre o uso do crédito e o crescimento econômico. Eles mostram que o papel do crédito como fator acelerador ou restritivo do crescimento econômico é citado por Keynes, que assegura que o crédito gera impacto na acumulação do capital, distribuição de renda e inovação, além de influenciar nas expectativas dos investidores.

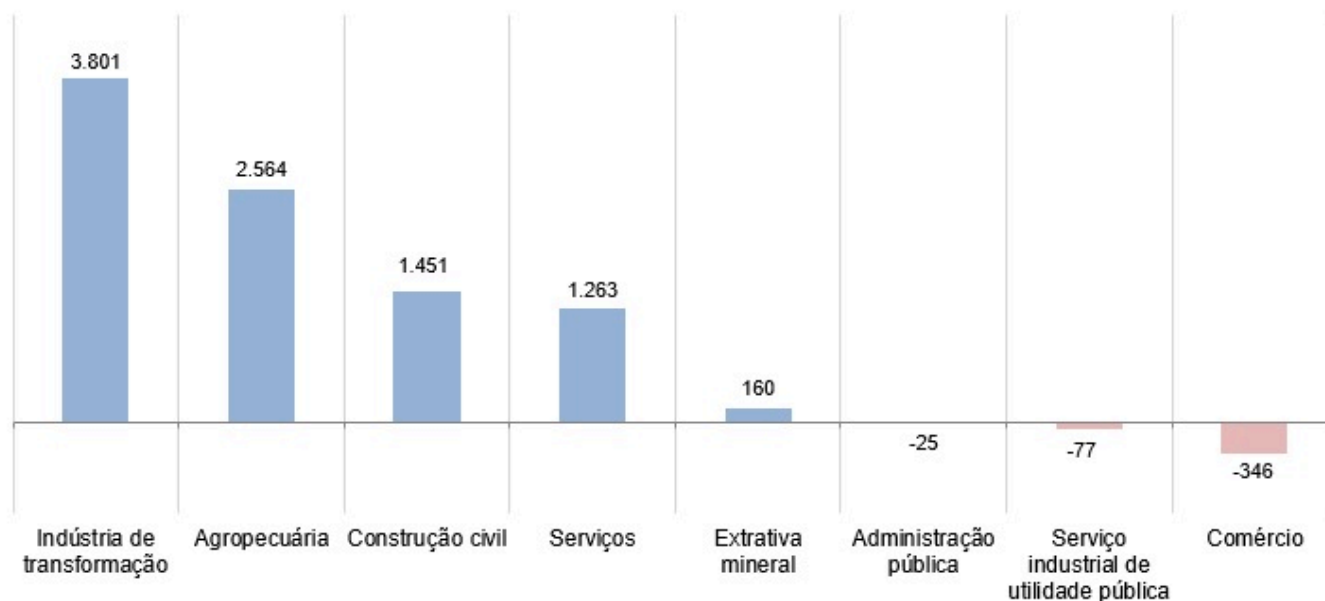
EMPREGABILIDADE E ECONOMIA:

O mercado de trabalho formal vem se expandindo constantemente no estado de Goiás e ocorre o mesmo no município de Anápolis. Podemos atribuir o setor da indústria de Anápolis como um dos principais fatores para este crescimento.

Somente até o mês de Abril o ano de 2018 contou-se com 53.603 admissões no estado, gerando um saldo positivo, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTb).



Goiás: saldo do emprego por setor econômico - abril de 2018



Fonte: MTb - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65
Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Estudos Socioeconômicos e Especiais.

No resultado do número empregos acumulado até o mês de Abril de 2018, segundo o CAGED/MTb, dez municípios goianos figuram entre os 100 municípios do país que mais geraram empregos com carteiras registradas, com destaque para Goiânia, Cristalina e Anápolis, que geram 3.138, 2.104 e 1.568 empregos, respectivamente.

Outro fator relevante que se pode observar é o setor econômico que tem mais gerado empregos no estado, no qual a indústria de transformação lidera o ranking, para este período.

Nos resultados municipais observa-se em um estudo feito em 2015 que o setor da indústria de transformação também lidera o ranking.

Número de empregados admitidos e desligados (2015)

Grandes setores	Admitidos	Desligados	Saldo
Indústria de Transformação	13.050	13.929	-879
Serviços	12.826	12.725	101
Comércio	11.646	11.919	-273
Construção Civil	3.469	4.222	-753
Agropecuária, Silvicultura e Pesca	430	443	-13
Serviços Ind. de Utilidade Pública	213	226	-13
Extrativa Mineral	14	16	-2
Total	41.648	43.480	-1.832

Fonte: Caged/MTE



Este resultado impacta diretamente na composição de renda da cidade. Uma vez que o setor da indústria movimentou o maior número de empregados, lidera também o maior PIB.

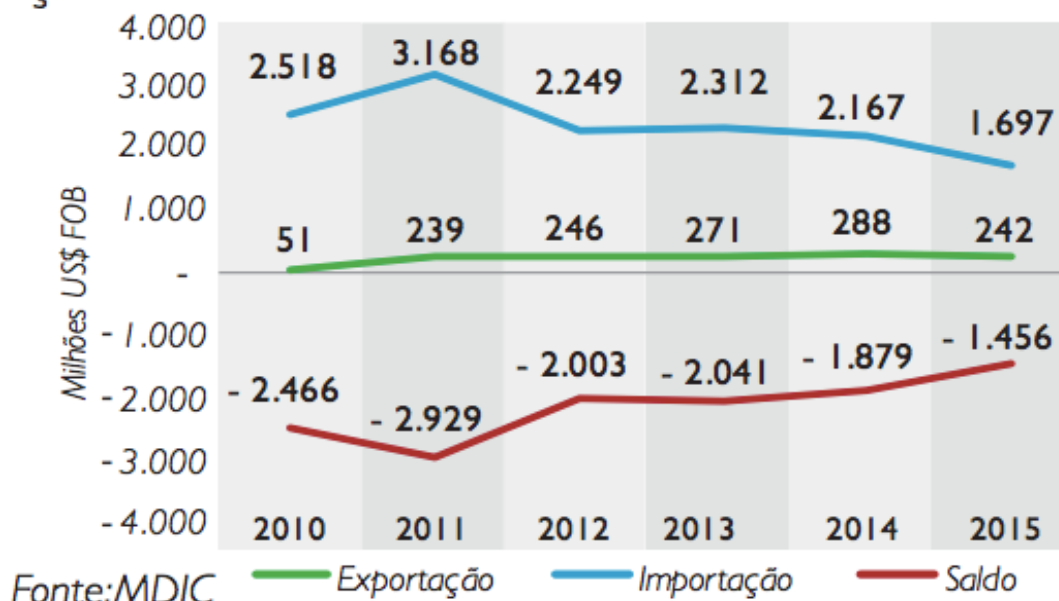
Produto Interno Bruto (R\$ mil), participação e posição no ranking estadual – 2010 e 2013

Variáveis	2010			2013		
	Valor	Part.	Rank	Valor	Part.	Rank
PIB Total	11.141.523	10,4%	2º	12.041.451	8,0%	2º
Indústria	3.952.322	15,0%	2º	3.927.806	11,4%	2º
Serviços	4.097.489	7,3%	2º	5.725.205	6,9%	3º
Agropecuária	27.269	0,3%	91º	55.243	0,3%	172º
PIB per capita	33.255		14º	33.692		29º

Fonte:IMB/Segplan-GO/IBGE

Pensando na balança comercial, o município tem grande participação no fluxo com o comércio exterior, principalmente relacionada à importações, pois as indústrias automobilísticas e farmacêuticas utilizam de diversas matérias-primas que vêm do exterior. As exportações ocorrem em menor volume se comparado às importações, como é possível observar no gráfico abaixo.

Balança Comercial





Dadas estas informações de Anápolis, mostrando a força e importância que o setor industrial tem sobre o município, e também analisando o comportamento econômico do país nos últimos anos, detectamos que o número de empregos gerados foi crescente, mesmo com o saldo negativo de 2015.

Desta forma, junto o quantitativo de empregos gerados, a qualidade do emprego também avança. O rendimento médio no setor industrial do município é aproximadamente R\$ 2.106,08 (dois mil cento e seis reais e oito centavos), segundo o Instituto Mauro Borges, renda esta, acima da média do estado.

Outro fator que se destaca é a mobilidade pendular, onde cerca de 11 mil pessoas se deslocam de outras cidades para Anápolis para estudos e trabalho, ou seja, o município pode ser visto como um lugar central.

POLARIZAÇÃO REGIONAL

Quando pensamos em Lugar Central, logo idealizamos a localização de atividades econômicas concentradas e com facilidades para transporte e logística objetivando atender os interesses próprios através do utilitarismo, “Máximo de Prazer com o Mínimo de Dor”, “Máximo de Ganho com o Mínimo de Custo”.

Weber (1909), questiona o porquê das empresas se localizarem onde estão e quais os fatores determinantes para as decisões na escolha do lugar, a qual pode ser observada neste estudo os “Fatores Locacionais” através das aglomerações e economias de custos.

Christaller (1933) busca identificar as leis que determinam os números, tamanhos e distribuições das cidades, entendidas como “lugares centrais” que distribuem bens e serviços para a região no seu entorno, buscando uma explicação geral e dedutiva para os fatos, e não em cima, a priori, de uma descrição da realidade. Esta pesquisa dedutiva observa a otimização dos lugares através do mínimo de distância que o consumidor deva percorrer para obter os bens e serviços, e que os comércios e serviços de uma forma geral maximiza suas vendas e seus lucros a servirem uma área com a população adequada. Portanto, Lugar Central é um lugar de mercado contendo vantagens econômicas e alto nível de influência. As funções que desempenha o lugar central incluem comércio varejista e atacadista, bancos, recreação, descanso, serviços médicos, religiosos e culturais. É importante ressaltar ainda, os dois limiares conceituais para a definição de lugar central, são eles o de procura e de alcance do bem, onde envolvemos a economia de escala e a procura por habitantes.

Para tanto, Lösch faz uma relação da teoria da localização com o equilíbrio econômico no espaço, onde é determinada a área de mercado, envolvendo ramos de atividades. A curva de Demanda da Economia considera apenas preço e quantidade demandada, mas não leva em conta o espaço. Daí, o surgimento do “Cone da Procura de Lösch” onde se obtém através da curva da demanda uma área, diâmetro, onde delimita o



alcance de um bem e a distância máxima que o consumidor está disposto a percorrer para adquirir determinado bem.

François Perroux, define que o espaço econômico é ao mesmo tempo matemático e geográfico, material e humano, onde pode ser observado de três formas: Homogêneo, Polarizado e Plano.

Espaço homogêneo haverá características comuns, o Plano do ponto de vista de decisões e por fim o Polarizado que é observado do ponto de vista funcional, e são delimitados polos com sua área de influência.

Neste conceito de Polo “o crescimento não acontece em todos os lugares ao mesmo tempo; ele se manifesta em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis e ele se difunde por diversos canais e com efeitos terminais variáveis pelo conjunto da economia’.

Myrdal (1957) traz a ideia que não existe a tendência à estabilização automática no sistema social, quando abordado o tema de crescimento em detrimento da desigualdade social.

Portanto, podemos analisar uma relação entre a teoria do lugar central de Cristaller em relação as teorias de crescimento polarizado, onde se observa o conceito de otimização do espaço buscando o desenvolvimento local.

Ao longo do tempo, observamos diversas teorias de desenvolvimento local através da polarização, no entanto é importante observar a possibilidade de transmissão do desenvolvimento para as denominadas “Regiões Atrasadas”.

Albert Hirschman observa como o desenvolvimento pode ser transmitido de uma região para outra, e que isso pode ocorrer devido o crescimento local oferecer uma condição inevitável de desigualdades inter-regionais. Portanto, o desenvolvimento é desequilibrado e o que vai determinar o avanço de determinada região serão as vantagens locais.

A Ciência Econômica faz a análise da otimização da alocação dos fatores de produção, que são escassos, entre fins alternativos. Desta forma a região que obtiver vantagens comparativas e competitivas irão se favorecer ao desenvolvimento.

Para a transmissão do desenvolvimento para aquelas regiões que não possuem tais vantagens verificamos que o crescimento polarizado pode provocar pressões, tensões e coerções ao crescimento de outras regiões.

Independente do tamanho da relevância preferencial dos agentes econômicos por determinada região, tendo em vista seu desenvolvimento, sempre haverá movimentos de forças que atuarão nas regiões restantes.

Podemos colocar, então, como uma das principais vantagens competitivas para o desenvolvimento de uma região as políticas públicas, e mais especificamente a distribuição regional de investimentos públicos.



Os investimentos públicos podem ocorrer através de incentivos fiscais, tributários e subsidiários ou através de alocação de infraestrutura e logística para a região e que vão auxiliar na transmissão do desenvolvimento para outras regiões menos favorecidas. Entretanto, além de investimentos públicos, é necessário também os investimentos privados, porém estes comumente vêm posteriormente ao público como forma de auxílio e manutenção ao desenvolvimento. Com o aparecimento de investimentos da iniciativa privada, os investimentos públicos tendem a decrescer. A mudança na composição dos investimentos é observada no capital social básico.

Podemos observar, então, o quão importante é a transmissão de desenvolvimento, de regiões mais favorecidas até regiões menos favorecidas, para que se possa evitar o “separatismo” o qual há correntes que diga ser um aspecto negativo para o desenvolvimento geral.

Pensando na atualidade, contamos com teorias recentes de desenvolvimento regional. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) tem a missão de “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”. Para isso, o apoio aos “potenciais econômicos” são essenciais.

Incentivos deste porte analisa o desempenho de regiões, através de linhas de financiamentos exclusivas para empresas. Muitos resultados evidenciam um importante crescimento no apoio aos negócios regionais, em especial os de menor porte, e uma evolução na participação das aquisições de fatores de produção, bem como bens e serviços locais, fator essencial para a preservação e o estímulo do dinamismo dentro da região e da valorização dos fornecedores locais como opção de compra.

A expansão dos serviços de capacitação e inovação, com foco no aumento de produtividade e na melhoria de gestão das empresas, e o acesso ao crédito por empresas sintetizam alguns dos projetos de desenvolvimento e geração de emprego.

Paelinck, 1965, coloca o problema de escassez de recursos como a principal razão de desaceleração do crescimento, e traduzindo para atualidade o recurso financeiro do capital sendo o mais relevante, ações de incentivos ao acesso a este capital é uma das ferramentas mais eficazes para impedir esta desaceleração do desenvolvimento, em outras palavras, promover cada vez mais o crescimento econômico, a geração de empregos e subsequentemente o desenvolvimento da região.

O Autor afirma ainda que é necessário, além do acesso aos recursos, que a região desenvolva uma “dinâmica econômica”, a fim de se aplicar os conceitos de desenvolvimento polarizado.

Neste caso, observar os recursos potenciais não explorados é de grande valia para auxílio no desenvolvimento, bem como a orientação das estruturas industriais locais. Estas perspectivas devem ser almejadas através de políticas públicas locais bem definidas e planejadas.



Por fim, o desenvolvimento regional é visto de uma perspectiva onde uma potencial vantagem comparativa e competitiva pode auxiliar no processo produtivo e econômico, entretanto há uma necessidade de políticas públicas bem planejadas, organizadas e orientadas no intuito de acelerar e potencializar tal desenvolvimento.

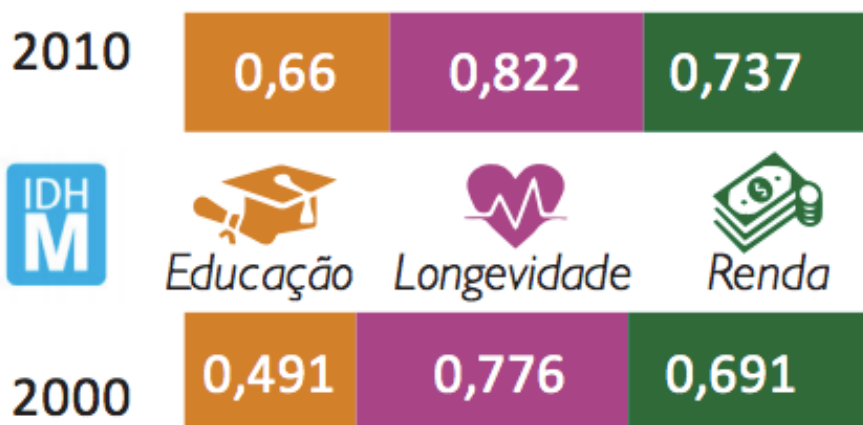
Dentro deste conceito observa-se a potencialização de uma região onde será predominantemente desenvolvida através de *Clusters* ou polos, os quais deverão ser trabalhados de maneira a buscar o próprio desenvolvimento e também em outras regiões menos favorecidas através de políticas de transmissões desenvolvimentistas.

O intuito desta análise é enxergar o desenvolvimento regional criando formas potenciais para leva-lo à outras localidades próximas aumentando cada vez mais o espaço desenvolvido e a geração de empregos para a sociedade local.

Há também o aspecto da mensuração da qualidade de vida de Anápolis, onde através do IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano do Município, identifica-se um diferencial.

Anápolis está entre os 10% melhores IDHM do estado de Goiás e entre os 15% melhores do país. Emprego, economia e infraestrutura são as dimensões que mais contribuem para os índices, calculados pela SEGPLAN-GO. Abaixo, uma evolução gráfica, em 10 anos, do IDMH do município de Anápolis.

Índice de desenvolvimento humano municipal



Fonte: IBGE; IPEA; PNUD; FJP.

Além do IDMH, outro indicador importante, que é reflexo do desenvolvimento do município ocasionado principalmente pelo forte setor industrial da região, é o IDM – Índice de Desempenho do Município.

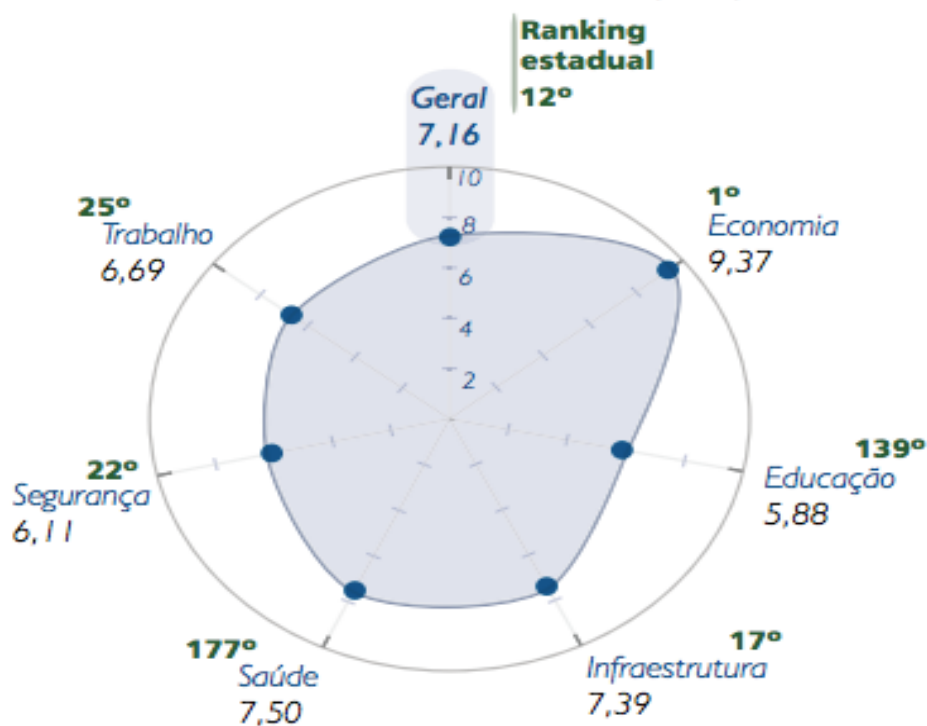


O IDM é um indicador que avalia o desempenho socioeconômico das cidades do estado de Goiás.

Este indicador foi desenvolvido pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos e tem por objetivo abastecer a administração pública municipal e a sociedade com uma ferramenta capaz de prover um diagnóstico amplo do município de modo a subsidiar o planejamento, além de efetuar análises comparativas entre os municípios goianos.

João Quirino Rodrigues Júnior et al., 2016, informa que o IDM é formado por seis dimensões: Economia, Trabalho, Educação, Segurança Pública, Infraestrutura e Saúde, onde todas elas contribuem igualmente para a composição do resultado. Cada uma tem o mesmo peso no cálculo final. Esta medida assume valores entre 0 e 10, quanto mais próximo de zero, pior é o desempenho do município nas seis áreas contempladas, quanto mais próximo de 10, melhor o desempenho.

Índice de desempenho do município (IDM), 2012



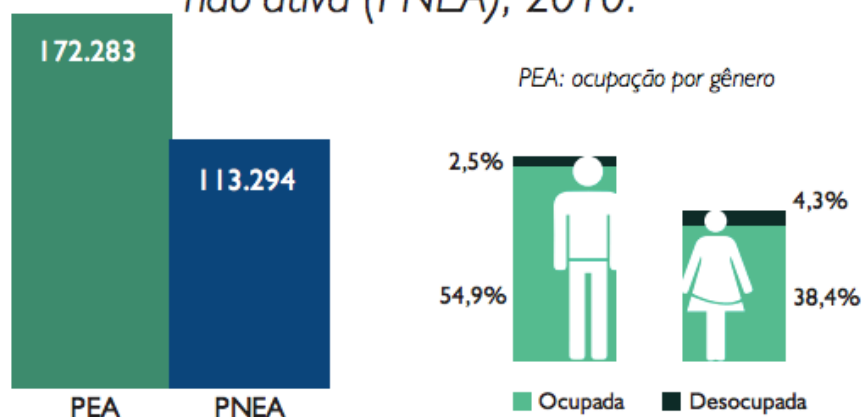
Fonte: Segplan/IMB.

Diante deste contexto, observa-se ainda dados da população economicamente ativa de Anápolis, onde a grande maioria se encontra ocupada, ou seja, empregada de forma direta ou indireta.

A soma da população economicamente ativa, ocupada ou desocupada, e a população economicamente não ativa, compõem a PIA – População em Idade Ativa, uma classificação etária que observa todas as pessoas aptas a exercer atividades econômicas, teoricamente.



População economicamente ativa (PEA) e não ativa (PNEA), 2010.



Fonte: IBGE

Obs: A soma da PEA (ocupada e desocupada) e PNEA é igual a PIA.

Portanto, analisando esta série de dados, com informativos socioeconômicos, percebe-se a importância do polo industrial no desenvolvimento da região, o que ocasiona a geração de empregos diretos no município de Anápolis.

CONCLUSÃO

O município de Anápolis exerce uma função dinâmica na economia regional do centro-oeste brasileiro sustentado por um dos mais importantes polos industriais do país.

Observa-se que a criação deste polo, o DAIA – Distrito Agroindustrial de Anápolis, que se iniciou em 1976, contou com diversos fatores, principalmente políticos, onde, através de interesses de uma classe influente da sociedade, representada por empresários do ramo industrial, governos, municipal, estadual e federal, e de políticas públicas bem definidas, serviram como embasamento para o sucesso de sua implementação.

Cumpra-se notar as estratégias de governo e políticas públicas que impactaram diretamente na formação do polo, tais como incentivos de créditos fiscais, programas de apoio ao crédito financeiro, a implementação do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, para viabilizar os projetos industriais, recursos de créditos a juros baixos como do BNDES, incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o programa de incentivos fiscais, FOMENTAR, além de investimentos públicos em infraestruturas, chamando a atenção e despertando o interesse de novos investidores e empresários a se instalarem ali.

Outro aspecto que influenciou bastante o desenvolvimento do polo, foi a geografia. Pelo fato de Anápolis se situar em uma região extremamente favorecida, logisticamente, no



centro do país e ao lado do Distrito Federal, viabilizou-se a justificativa da concretização do projeto do DAIA em termos geopolíticos.

Com o sucesso do polo, o município passa a se figurar entre um dos mais importantes do centro-oeste do país nos aspectos econômicos e sociais, e o resultado disso pode-se observar nos estudos apresentados até aqui, onde a cidade se desenha entre as que mais geram empregos, proporcionais, no país, ocasionado principalmente pelo setor industrial da região. O pleno emprego do município contribui diretamente para o desenvolvimento e otimização dos indicadores socioeconômicos.

Portanto, o desenvolvimento regional pode ser visto de uma perspectiva onde uma potencial vantagem comparativa e competitiva auxilia no processo produtivo alcançando os resultados planejados. Este polo industrial influencia diretamente no número de empregos gerados estabelecendo uma grande relevância socioeconômica satisfazendo as perspectivas governamentais, políticas e sociais. A forma com que o pleno emprego é alcançado nesta cidade serve como embasamento científico para novos projetos semelhantes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. "A controladoria e o capital intelectual: um estudo empírico sobre sua gestão." *Revista Contabilidade & Finanças* 17.41 (2006): 21-37.

BARROS, Vaine de Magalhães. "O novo velho enfoque da informação contábil." *Revista Contabilidade & Finanças* 16.38 (2005): 102-112.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

CARLEAL, Liana Maria da Frota. *Estado, Políticas Públicas e Perspectivas de Desenvolvimento Brasileiro*. 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual*. Dados [online], 1997, v. 40, n. 2.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs: PrenticeHall, 1966.

CORDEIRO, José Vicente Bandeira de Mello. "Reflexões sobre a avaliação do desempenho empresarial na era da informação: uma comparação entre a gestão do capital intelectual e o Balanced Scorecard." *Revista FAE, Curitiba* 5.2 (2002): 61-76.

CUNHA, Wania Chagas Faria (2010). "Dinâmica regional e estruturação do espaço intraurbano: um estudo sobre as influências do DAIA na economia anapolina a partir de 1990-2009" *Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia*.



FERNANDES, Francisco Carlos, Roberto Carlos Klann, and Marcelo Salmeron Figueredo. "A utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: uma pesquisa com gestores alunos." *Contabilidade Vista & Revista* 22.3 (2011): 99-126.

FIGUEIREDO, Sandra MA. "Contabilidade e a gestão empresarial: a controladoria." *Rev. Bras. de Cont* 93 (1995): 20-34.

HIRSCHMAN, A. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale Univ., 1958.

HIRSCHMAN, Albert. "Transmissão inter-regional e Internacional do crescimento econômico." 1958. p. 183:201.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Fronteiras da Europa (Capítulo 1)* In: *Raízes do Brasil*. SP: Companhia das Letras, 1995

<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2016/estudo-fco-em-goias-e-no-df-2004-2014.pdf> . Acesso em: 30-11-2018

<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/idm/idm2016.pdf> . Acesso em: 30-11-2018

<http://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/paineis-municipais/anapolis-201612.pdf> . Acesso em: 30-11-2018

http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=825:foram-criados-em-goias-8.791-vagas-com-carteira-assinada-em-abril-de-2018&catid=109&highlight=WyJhbGx1MDBIMXBvbGlzIl0=&Itemid=185 . Acesso em: 30-11-2018

KRUGMAN, Paul. *Development, geography and economic theory*. Cambridge: MIT, 1995.

LÖSCH, August. *The Economics of Location*. New Haven: Yale University Press, 1954, 520 pp.

MARSHALL, Alfred. *Industry and trade*. Londres: Macmillan, 1919.

MYRDAL, Gunnar. *O estado do futuro: o planejamento econômico nos estados de bem-estar e suas implicações internacionais*. 1960

NORTH, Douglas C. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OLEIRO, Walter Nunes, André das Neves Damedá, and Fernanda Gomes Victor. "O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG." (2007).

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de, Aderbal N. MÜLLER, and Wilson Toshiro Nakamura. "A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas." *Revista FAE* 3.3 (2000): 1-12.

PAELINCK, J. *A teoria do desenvolvimento regional polarizado*. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, p. 157-194, 1977



"PERROUX, François. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Esperidião (Org). Urbanização e Regionalização. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978."

QUEIROZ, LMN de. "Investigação do uso da informação contábil na gestão das micros e pequenas empresas da Região do Seridó Potiguar." (2005).

"ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret, 2003."

"ROUSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social ou Princípio do direito político. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo –SP: Editora Escala Educacional (série Filosofar), 2006."

VELLANI, Cassio Luiz, and Máisa de Souza Ribeiro. "Sistema contábil para gestão da ecoeficiência empresarial." Revista Contabilidade & Finanças 20.49 (2009): 25-43.